

INTERINSTITUCIONALIDADE E INTERSETORIALIDADE
NA PRODUÇÃO DA CARTILHA DE COMBATE AO
RACISMO E A DISCRIMINAÇÃO CONTRA ESTUDANTES
INDÍGENAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE SANTARÉM/PA:
VIVÊNCIAS, FORMAÇÃO E PROPOSIÇÕES

INTERINSTITUTIONALITY AND INTERSECTORIALITY IN THE PRODUCTION OF THE RACISM
FIGHTING BOOKLET AND DISCRIMINATION AGAINST INDIGENOUS STUDENTS IN THE PUBLIC
SCHOOLS OF SANTARÉM / PA: EXPERIENCES, TRAINING AND PROPOSITIONS

Rui Massato Harayama¹

Terezinha do Socorro Lira Pereira

Luanna Cardoso Oliveira

Cezar Henrique Assunção Teixeira Nobre

Solange Silva

Pedro Cohcho WaiWai

RESUMO: Apresentamos reflexões a partir das experiências na execução do Projeto de Extensão intitulado “Cartilha de combate ao racismo e a discriminação contra indígenas nas escolas públicas da rede urbana de Santarém/PA” desenvolvido pela Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), em parceria com a 5ª Unidade Regional de Educação em Santarém (5ª URE/PA). O grupo foi criado em resposta à demanda judicial do Ministério Público Federal à Secretaria de Estado de Educação (Seduc/PA), objetivando qualificar o debate, propor formação, bem como refletir sobre a proposição de estratégias e metodologias para o enfrentamento ao racismo e a discriminação contra indígenas no contexto escolar urbano. A diversidade do grupo formado por pesquisadores da saúde coletiva e da educação, profissionais da área da educação e estudantes indígenas de graduação e de mestrado, possibilitou o desenvolvimento de metodologia participativa trabalhada em três momentos. O primeiro direcionado aos gestores das instituições de ensino da cidade do nível fundamental, médio e superior, o segundo para os docentes e o terceiro momento para os estudantes indígenas dessas mesmas instituições. A divisão em três momentos possibilitou a discussão de pontos comuns nas diferentes instituições de ensino, abordando elementos sobre racismo contra povos indígenas a partir da visão estrutural, institucional e imagética. A partir dessa metodologia foram desenvolvidas estratégias significativas de formação, de reflexão e de construção coletiva do conhecimento. Tema transversal e interdisciplinar nas políticas públicas de saúde e da educação, a questão do racismo ainda encontra pouca discussão quando voltada contra povos indígenas, e sobretudo nos espaços urbanos. Dessa forma, as atividades mostraram-se relevantes e necessárias por colocar no centro da discussão a experimentação de criação de dispositivos institucionais que se apresentam como espaços de formação humana e de construção de conhecimento.

Palavras-chave: Povos Indígenas; Racismo; Combate ao Racismo

ABSTRACT: We present reflections from the experiences in the execution of the Extension Project entitled “Primer to combat racism and discrimination against indigenous people in public schools in the urban network of Santarém/PA” developed by the Federal University

¹ Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). E-mail: rui.harayama@gmail.com.

of Western Pará (Ufopa), in partnership with the 5th Regional Education Unit in Santarém (5th URE/PA). The group was created in response to a judicial demand from the Federal Public Ministry to the State Secretariat of Education (Seduc/PA), aiming to qualify the debate, propose training, as well as reflect on the proposal of strategies and methodologies to face racism and discrimination against indigenous people in the urban school context. The diversity of the group formed by researchers from public health and education, professionals in the field of education and indigenous students from undergraduate and master's degrees, enabled the development of participatory methodology worked in three moments. The first is aimed at managers of educational institutions in the city of elementary, middle and higher education, the second for teachers and the third for indigenous students from those same institutions. The division into three moments made it possible to discuss common points in different educational institutions, addressing elements of racism against indigenous peoples from the structural, institutional and imaginary point of view. Based on this methodology, significant training, reflection and collective knowledge construction strategies were developed. A cross-cutting and interdisciplinary theme in public health and education policies, the issue of racism still finds little discussion when it is directed against indigenous peoples, and especially in urban spaces. In this way, the activities proved to be relevant and necessary for placing at the center of the discussion the experimentation of creating institutional devices that present themselves as spaces for human formation and knowledge construction.

Keywords: Indigenous People; Racism; Combating Racism.

O tema do racismo passa a estar inserida de forma mais sistemática nas políticas públicas a partir da discussão sobre ações afirmativas, iniciadas pela conferência de Durham em 2001 (HOFBAUER, 2006), e na promulgação do estatuto da igualdade racial, em 2010 (BRASIL, 2010). Apesar de ser um tema fundante e permanente no pensamento social brasileiro (GONZALEZ, 1983; SCHWARCZ, 1993), no âmbito das políticas públicas poucas eram as experiências para combatê-la de forma propositiva, havendo a garantia de leis que puniam crimes de racismo (BRASIL, 1989), mas que apresentavam pouca efetividade na promoção de uma sociedade anti-racista marcada pelo imaginário de um país no qual a democracia racial e a convivência entre as diferentes raças e grupos sociais é pacífica.

Ressalta-se que desde a Constituição de 1988 (LIMA, 2010) a articulação dos movimentos sociais vem pautando a discussão do racismo na sociedade e que a partir da promulgação do estatuto da igualdade racial passa a ser incluída na agenda das políticas públicas por meio de ações afirmativas no acesso ao ensino público, na inserção da temática na educação e na saúde.

Entretanto, após 10 anos, a discussão do racismo e do racismo institucional encontra-se fragmentada em setores e áreas específicas e com dificuldades em capilarizar suas atuações e discussões para setores ou áreas menos impactadas por essas questões.

O quadro torna-se mais preocupante quando observamos a discussão sobre o racismo aos povos indígenas, cuja discussão ainda é marcada pelo silenciamento e reprodução de estereótipos e conceitos fixados no imaginário social do mito das três raças fundantes da democracia racial e em marcadores de autenticidade como uso de atributos culturais diferenciados. A construção do aparato estatal de tutela

aprofundou o silenciamento da discussão do racismo contra povos indígenas que não é abordado pelas políticas públicas de forma sistemática.

No contexto amazônico, a discussão do racismo aos povos indígenas encontra-se focado no pressuposto de povos em aldeamentos e fora do contexto urbano. O que não reflete os dados do Censo Escolar e as demandas dos movimentos indígenas que vem discutindo a presença indígena em contextos urbanos ou da presença de povos indígenas que eram silenciados pelas políticas de assimilação cultural ou pelo apagamento identitário por meio de legislações ou práticas que negavam aos indígenas acesso aos serviços de saúde e educação. Esse silenciamento da questão indígena nos contextos urbanos acaba refletindo no elevado número de pessoas que se identificam como pardas e não indígenas na região norte.

Os múltiplos silenciamentos e invisibilização da temática da raça e etnia por parte da sociedade (MILANEZ et al, 2019) e, conseqüentemente, pelos serviços públicos, é definido como racismo institucional (KALCKMANN et al, 2007), e torna-se um desafio para a consolidação da cidadania plena e para a equidade em saúde de grupos vulnerados como são os povos indígenas.

Apesar de no Brasil a lei de cotas e o Sistema Único de Saúde garantirem a presença de povos indígenas em seus serviços, percebe-se que a simples inserção desses grupos não garante a inclusão como forma de promoção de cidadania e garantia de serviços, correndo o risco de ser um espaço de reprodução de preconceitos e estereótipos.

ESTRATÉGIA INTERINSTITUCIONAL NO COMBATE AO RACISMO E AO PRECONCEITO CONTRA INDÍGENAS

No ano de 2019, a 5ª Unidade Regional de Educação em Santarém (5ª URE) solicitou à Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges) da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), via Ofício, apoio na elaboração de uma cartilha de combate ao racismo e à discriminação contra estudantes indígenas das escolas públicas urbanas de Santarém/PA.

A elaboração da Cartilha surgiu de uma solicitação do Ministério Público Federal a 5ª URE e previa ser um instrumento a ser usado por educadores das escolas da rede pública urbana de Santarém/PA no sentido de sensibilizar, conscientizar e combater qualquer forma de discriminação contra estudantes indígenas dessas escolas da rede urbana.

Para a execução da demanda foi firmada uma parceria interinstitucional entre a 5ª URE com a Ufopa que foi convidada dada a sua contribuição na discussão sobre acesso e permanência de populações indígenas e presença de pesquisadores e profissionais com experiência no tema. A parceria foi oficializada por meio de um Grupo de Trabalho (GT) institucionalizado como projeto de extensão e que era composto por um representante da 5ª URE e pela comunidade acadêmica da Ufopa – docentes e técnicos administrativos que atuam diretamente nas ações afirmativas e estudantes e lideranças indígenas de graduação e pós-graduação vinculados à instituição.

Para a construção da cartilha, o GT promoveu encontros com gestores, docentes e estudantes da Ufopa e das escolas públicas de Santarém/PA, assim como atuou de forma propositiva na semana pedagógica realizada pela 5ª URE e no I Fórum

Integrado de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da Ufopa, que teve entre seus objetivos a proposta de “promover debates, diálogos, rodas de conversas e círculos de paz em defesa dos direitos individuais e coletivos”. A validação da cartilha ocorreu na oferta do I Curso de Formação para docentes das escolas públicas de Santarém/PA: Racismo, preconceito e discriminação contra indígenas. É importante ressaltar que atividades como visitas e rodas de conversa nas escolas foram canceladas durante a pandemia da Covid-19.

A EXPERIÊNCIA DA CONSTRUÇÃO DA CARTILHA

A metodologia da construção da cartilha foi delineada a partir da realização de reuniões entre os membros do GT. Nesse projeto as reuniões foram planejadas e conduzidas como espaço de troca de experiências entre seus membros que ponderavam, a partir de experiências pregressas, o melhor formato para a obtenção de elementos para a construção da cartilha. Para a execução foram definidos três encontros, cada qual para um público - gestores, docentes e discentes -, focando o processo de escuta de suas vivências nos espaços educacionais.

O formato adotado foi o de roda de conversa com a socialização de dúvidas, diálogos, incertezas e trocas de experiências, e dessa forma proporcionar um espaço de fala para os discentes indígenas, sobretudo em um tema em que são poucos ouvidos, como o racismo.

Todos os encontros seguiram a seguinte sequência: (a) disposição das cadeiras em formato circular, (b) apresentação do GT e da proposta do encontro, (c) breve apresentação de cada participante, (d) apresentação do questionário com perguntas norteadoras e indutoras para detectar as formas de discriminação e o preconceito contra estudantes indígenas nos espaços educacionais e propostas para redução dessas práticas discriminatórias e (e) socialização a partir das perguntas indutoras

Cada encontro foi desenvolvido baseado em um roteiro de perguntas discutido previamente com os membros do GT. Os encontros possibilitaram a socialização dos limites, desafios e experiências positivas das instituições de ensino da região. E evidenciaram que, por mais que a questão do racismo venha sendo pautada no debate nacional, o racismo contra os povos indígenas é invisibilizado. Além disso, os diálogos/provocações que surgiram no momento das rodas, por vezes, desafiadoras para os autores deste artigo, que é composto por indígenas e indigenistas, retratam a necessidade de compreender/combater o racismo contra os indígenas, sobretudo, nos espaços educacionais.

Primeira Roda: O que dizem os Gestores?

A primeira roda de conversa ocorreu no dia 28 de maio de 2019. Nesse primeiro encontro houve a participação dos gestores de escolas estaduais, municipais, Escola Técnica do Estado do Pará (ETEPA), Diretores das Unidades Acadêmicas da Ufopa e de outras Instituições de Ensino Superior da cidade de Santarém/PA. A partir do roteiro de perguntas indutoras os gestores foram apontando os desafios para trabalhar com os estudantes indígenas nos espaços educacionais.

Na dinâmica proposta os participantes eram convidados para compartilhar suas impressões, opiniões e dúvidas, de forma a construir coletivamente possíveis soluções no enfrentamento do racismo em seus ambientes escolares. As questões

elaboradas para essa roda de conversa tinha como objetivo o diagnóstico da realidade sobre a presença de indígenas nos espaços educacionais e a proposição de metodologias que atendessem suas especificidades no processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, as perguntas elaboradas para o debate foram: (a) Qual o total de alunos indígenas matriculados nas escolas da rede pública na rede urbana, na universidade, faculdade e Instituto? (b) Quais etnias? (c) Houve formação dos professores para trabalhar com os estudantes indígenas? (d) Quantos estão matriculados na sua escola, Universidade, Faculdade e Instituto? (e) Quais as sugestões para melhorar o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes indígenas?

Uma das questões mais mencionadas pelos gestores foi a necessidade de efetivar um sistema de dados que garantisse que as informações sobre os alunos indígenas, como etnia, pudessem ser compartilhadas. Segundo os participantes essa informação facilitaria a utilização de metodologia apropriada e o conhecimento prévio das especificidades étnicas. Principalmente nos casos em que a etnia não constasse no registro de nascimento. Diante dessa falta de informação, os participantes alegaram dificuldade em como abordar essa questão, cabendo o aluno informar, o que poderia ser uma barreira e agravante para casos de preconceitos.

Além disso, foi apontado que somente possibilitar o acesso do aluno à escola é insuficiente, ou seja, é necessário infraestrutura e recursos humanos qualificados que garantam a permanência desses alunos, para que, de fato, o aluno indígena tenha êxito no ensino-aprendizagem. Um coordenador de um curso da Ufopa citou como eles têm buscado fazer esse acompanhamento do aluno para além da sala de aula. Alguns gestores comentaram a importância de haver essa troca/ponte universidade e escola, sobretudo, a sistematização de experiências positivas no ensino de indígenas.

Outro ponto significativo apontado pelos gestores foi a promoção de capacitações com carga horária exclusiva para o planejamento pedagógico dessas temáticas, com a presença de gestores, docentes e técnicos. Ademais, os participantes sugeriram a importância de elaboração de material didático bilíngue com apoio das associações indígenas e instituições de ensino superior. E enfatizaram como bastante positivo a contratação de docentes como referências para o acompanhamento da educação indígena e intercultural nas escolas. Desta maneira, seria possível promover métodos e tecnologias necessárias para facilitar o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes indígenas das escolas públicas da zona urbana.

Segunda Roda: O que dizem os Docentes?

A segunda roda de conversa ocorreu no dia 18 de junho de 2019. Nesse encontro houve a participação dos docentes das escolas estaduais, da Escola Técnica (ETE-PA), da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) e de outras instituições de ensino superior da cidade.

As perguntas indutoras para esse encontro foram: (a) tem aluno indígena? (b) usa metodologia específica? (c) recebeu formação para trabalhar com indígenas? (d) trabalha com os conceitos de alteridade e equidade? Como ele concebe (ver) o aluno indígena?

Na ocasião grande parte dos docentes relataram que tinham ou já haviam tido algum aluno indígena em sala de aula. À medida em que a conversa evoluiu, os participantes compartilharam suas impressões, apontando desafios e evidenciando

desconhecimento sobre os povos indígenas da região com a naturalização e reprodução de elementos racistas em alguns posicionamentos. Foram apresentadas possíveis metodologias e compartilhamento de ações positivas encontradas não apenas para ensino e aprendizagem dos alunos indígenas, mas para toda a escola.

Um dos desafios mais pertinentes apresentados pelos docentes é a insegurança no processo de ensino com estudantes indígenas. Muitos apontam ausência de capacitação no uso dos termos e formas de comunicação e também, da ausência de formação em metodologias interculturais. Segundo os participantes da roda de conversa, experiências como as rodas de conversa que eles estavam participando seriam essenciais pois envolvem toda a comunidade escolar.

Foi perceptível o desconhecimento sobre história e cultura dos povos indígenas atendidos, por parte dos docentes, independente da área de atuação. A presença indígena dentro de sala de aula ainda causa surpresa, mesmo em uma região com diversidade étnica significativa. Essas situações geram constrangimento para as crianças e jovens indígenas em fase escolar, ocasionando uma série de problemas em relação a sua identidade indígena, como citado e vivido pelo intelectual indígena Daniel Munduruku (2009) no livro “O banquete dos deuses”, dentre outras experiências narradas por indígenas que vivenciaram o racismo. A naturalização de estereótipos racistas: “índio é preguiçoso”, “selvagem”, “os indígenas foram extintos” são disseminados o tempo inteiro, criando uma visão equivocada sobre os povos indígenas, inclusive, na escola.

Durante a roda de conversa, um participante mencionou sua dificuldade em ensinar Língua Inglesa para suas estudantes indígenas cuja etnia ele desconhecia. Porém, a sua fala gerou inquietação pela naturalidade e indiferença ao descrever a situação: “Não se mexe em castanheira, pois, elas são bravas, além disso, é muito difícil trabalhar com elas, pois, não falam”, escancarando o racismo evidente no cotidiano escolar.

Dentre as experiências compartilhadas, uma professora narrou a maneira como a sua escola, com grande presença de indígenas, vem desenvolvendo o debate sobre os povos indígenas na região. Ela destacou a utilização de vídeos, filmes, textos, fotos, entre outros, para abordar a temática indígena, especialmente sobre a diversidade étnica, que aparentou conhecer bem.

De maneira geral, os participantes do encontro destacaram a necessidade de formação que contribuam à sua prática docente principalmente no que se refere ao ensino para estudantes indígenas: Capacitação no uso dos termos e formas de comunicação; Formação em metodologias interculturais; Formação sobre história, cultura e diversidade étnica dos povos indígenas atendidos para todos os docentes, independentemente da área de atuação; Criar espaços de troca permanente sobre a prática de ensino de indígenas em contexto urbano e de desconstrução de estereótipos da presença indígena na escola; Inserir capacitação sobre a temática indígena na formação docente;

Terceira Roda: O que dizem os Estudantes?

O terceiro encontro ocorreu no dia 25 de junho de 2019 e estiveram presentes estudantes das escolas municipais e estaduais de Santarém/PA e das instituições de ensino superior. O debate com os estudantes seguiu o conjunto de perguntas: Qual a sua motivação de vir estudar? Como foi acolhido no espaço educacional?

Como se sente no ambiente educacional? Já sofreu preconceito? Como gostaria que o professor trabalhasse? Como se sente no momento?

A metodologia da roda de conversa e de troca de experiências foi reforçada para superar a retração inicial dos estudantes para a exposição pública, mesmo quando essa conversa ocorre entre jovens da mesma faixa etária. Esse desafio é recorrente na atuação com jovens, mas agravado no caso de indígenas cuja a experiência de falar de si, de sua identidade, de suas narrativas é atravessado pelos estigmas e preconceitos. A estratégia adotada foi a de iniciar a troca por meio de papéis nos quais eles pudessem escrever palavras que expressassem seus sentimentos e experiências.

O racismo foi identificado de forma velada, por meio da invisibilidade de suas etnias, ou pela ausência de marcadores da diferença que, no imaginário da escola, certificam a indigeneidade dos alunos. Esse julgamento aparece no cotidiano escolar por meio de piadas e brincadeiras ou pela exclusão de atividades coletivas como atividades esportivas e trabalhos em grupo.

Para o combate ao racismo apontaram a necessidade da construção de espaços que possam promover acolhimento e tutoria para as dificuldades encontradas no ambiente escolar, na garantia de alimentação no espaço escolar que respeite a realidade cultural dos indígenas, na promoção de discussão da temática indígena de forma interseccional e, principalmente, na elaboração de políticas que possam garantir a sua permanência nos espaços escolares.

Pode ser observado o impacto do racismo velado na trajetória e experiência no contexto escolar. Os relatos de exclusão a partir da autoafirmação como indígenas e com isso os questionamentos sobre a identidade indígena apareciam em forma de piadas associadas ao uso de calça e celular e mostram as diversas estratégias com que o racismo se apresenta no cotidiano dos estudantes. Também deve ser ressaltado que a questão indígena não se encontra isolada e deve ser abordada a partir da interseccionalização com questões de gênero e etária. As falas das jovens mulheres indígenas que expunham os múltiplos preconceitos étnicos e de gênero foram relatados como elementos que precisam ser discutidos.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES COMUNS

As rodas revelaram os desafios comuns existentes entre as instituições de ensino para implementação de propostas metodológicas, curriculares e pedagógicas no combate ao racismo e ao preconceito nos espaços educacionais contra estudantes indígenas.

Entre os desafios apresentados durante a realização das rodas estão: combater a lógica do fracasso escolar e a culpabilização na carência do ensino básico diferenciado ou nos próprios indígenas; garantir acesso qualificado com infraestrutura e recursos humanos para a permanência desses alunos; promover a elaboração de material didático bilíngue com apoio das associações indígenas e instituições de ensino superior; promover formações em metodologias interculturais; garantir canais de troca de experiências no processo de ensino com estudantes indígenas.



Figura 1. Roda de conversa com estudantes.

Fonte: Acervo de fotos do GT Cartilha

Como resultado das rodas de conversas o GT, posteriormente, promoveu o I Curso *online* de Formação para os Docentes das Escolas Públicas de Santarém/PA: racismo, preconceito e discriminação contra indígenas. Nesse encontro os resultados e estratégias foram validadas com 50 docentes de escolas públicas inscritos na atividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução das atividades do Projeto, além de promover a aproximação da universidade com a educação básica, também viabilizou espaço de interação, troca de experiências, formação e informação entre gestores, docentes e discentes das escolas públicas e da universidade. Aproximou instituições e níveis de ensino que, a partir da realização de ações e atividades extensionistas, interagiram no diálogo comum sobre a garantia do direito ao acesso, a permanência, ao bem estar, a formação qualitativa e ao respeito às suas especificidades sociais, étnicas e culturais dos estudantes indígenas.

A discussão sobre a implementação de estratégias de enfrentamento ao racismo contra indígenas no contexto escolar demonstrou a importância de atuar de forma intersectorial e interinstitucional e de que essa atuação deve ser amplamente discutida e socializada. A construção da metodologia, realizada a partir de um Grupo de Trabalho com profissionais, pesquisadores e discentes em diferentes fases de formação e áreas de atuação possibilitou a construção de uma cartilha que servisse como instrumento para o diálogo e construção dialógica do conhecimento, e não um instrumento de formação unilateral.

A elaboração da cartilha evidenciou a importância da construção coletiva na socialização de dúvidas e construção de instrumentos para o enfrentamento ao racismo. Ressalta-se que o grupo optou por potencializar a demanda judicial em elaborar uma cartilha e a transformou em um processo de discussão e socialização da questão do racismo contra povos indígenas, tema ainda com pouca discussão. A

divisão em grupos - gestores, professores e estudantes - possibilitou que os participantes pudessem expor suas dúvidas em espaço acolhedor, e o formato de roda foi avaliado de forma positiva, por possibilitar uma troca mais aberta, o que não ocorre no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: . Acesso em: 30 de Janeiro de 2020

BRASIL. Leis e outros documentos 7716. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, 1989.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. *Ciências Sociais Hoje*, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983

HOFBAUER, A. Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil. *Lua Nova*, São Paulo , n. 68, p. 9-56, 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000300002&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452006000300002>.

KALCKMANN, S. et al . Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS?. *Saude soc.*, São Paulo , v. 16, n. 2, p. 146-155, Aug. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902007000200014&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Jan. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902007000200014>.

LIMA, M. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo , n. 87, p. 77-95, July 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000200005>.

MILANEZ, F. et al. Existência e Diferença: O Racismo Contra os Povos Indígenas. *Rev. Direito Práx.* [online]. 2019, vol.10, n.3 [cited 2021-02-03], pp.2161-2181. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662019000302161&lng=en&nrm=iso>. Epub Sep 16, 2019. ISSN 2179-8966. <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2019/43886>.

MUNDURUKU, D. *O Banquete dos Deuses: conversa sobre a origem da cultura brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Global, 2009. 103 p

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.